



*“Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”*

**Documento 2:**  
*Questões Orientadoras para as Plenárias Locais e Estaduais*

Comissão Organizadora Nacional  
Abril de 2012



FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
Coordenação Executiva

SCS Quadra 6 – Bloco A  
Edifício Arnaldo Villares, sala 514  
70.324-900 Brasília – DF

Fone/Fax: (61)3965-3268  
E-mail: [forum@fbes.org.br](mailto:forum@fbes.org.br)  
Página: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)



## Rumo à V Plenária Nacional de Economia Solidária

*“Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”*

### **Documento 2:** *Questões Orientadoras para as Plenárias Locais e Estaduais*

Estamos chegando do chão da oficina,  
estamos chegando do som e das formas,  
da arte negada que somos,  
viemos criar.

Estamos chegando do alto dos morros,  
estamos chegando da lei da baixada,  
das covas sem nome chegamos,  
viemos clamar.

Estamos chegamos do chão dos quilombos,  
estamos chegando no som dos tambores,  
dos Novos Palmares nós somos,  
viemos lutar.

*(Milton Nascimento)*

# Índice do Documento 2

<b>1. Apresentação e Objetivos.....</b>	<b>2</b>
<b>2. Retomando a nossa caminhada e contextualizando a V Plenária do movimento de Economia Solidária no Brasil.....</b>	<b>4</b>
<b>3. Questões para debate.....</b>	<b>6</b>
3.1. Orientação política do movimento.....	6
3.1.1. <i>Texto de introdução.....</i>	<i>6</i>
3.1.2. <i>Questões para Plenária Local e Estadual.....</i>	<i>11</i>
3.2. Orientação das ações do movimento.....	13
3.2.1. <i>Texto de introdução.....</i>	<i>13</i>
3.2.2. <i>Questões para debate nas Plenárias Locais e Temáticas.....</i>	<i>15</i>
3.2.3. <i>Questões para debate na Plenária Estadual.....</i>	<i>15</i>
3.3. Organicidade do Movimento.....	16
3.3.1. <i>Texto de introdução.....</i>	<i>16</i>
3.3.2. <i>Questões para debate nas Plenárias Locais.....</i>	<i>16</i>
3.3.3. <i>Questões para debate na Plenária Estadual.....</i>	<i>17</i>

# 1. Apresentação e Objetivos

Estamos novamente em marcha, na construção e no fortalecimento da Economia Solidária no Brasil. Vamos, todas e todos, militantes da economia solidária, seguir rumo à V Plenária Nacional da Economia Solidária!

Em 2008, a IV Plenária, definiu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como “um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária” em nosso país.

É a partir desta identidade que o FBES convida seus/suas integrantes e todo o movimento de economia solidária no Brasil para construir coletivamente a V Plenária Nacional de Economia Solidária cujo tema é "**Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**".

Nossa intenção é aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os. A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista.

A V Plenária Nacional de Economia Solidária, foi lançada durante a X Reunião da Coordenação Nacional<sup>1</sup> do FBES, em agosto de 2011. Naquele momento se definiram tema, objetivos, agenda e os eixos prioritários. Coube à coordenação executiva do FBES, definida pela coordenação nacional como Comissão Organizadora Nacional, dar continuidade à preparação da V Plenária.

A perspectiva é que a preparação da V Plenária, com etapas em todo o território nacional, possa fazer confluir ideias, debates e proposições para um documento-base à Plenária Nacional que refletirá as discussões e novas questões que surgirem nas Plenárias Locais, Temáticas, Balanço e Estaduais.

As questões apresentadas neste documento são provocadoras do debate e, portanto têm o objetivo de facilitar o diálogo em torno dos temas indicados como prioritários pela coordenação nacional, amadurecendo posicionamentos que fortaleçam o movimento de economia solidária no Brasil e as suas articulações com outros países. A proposta é que os debates sejam organizados em três dimensões:

- **Orientação política do movimento**
- **Orientação das ações do movimento**
- **Organicidade do movimento**

Ou seja, são 3 dimensões que tratam das questões mais amplas e gerais sobre nossa perspectiva e horizonte (*orientação política*), refletem sobre tais diretrizes a partir de ações prioritárias (*orientação das ações*), e abordam a estrutura e organização do FBES (*organicidade*).

Partindo do contexto geral (que será apresentado a seguir) e dos nossos acúmulos, a V Plenária tem como principais objetivos:

- Contribuir para a consolidação do movimento de economia solidária, afirmando-o como movimento social contra o capitalismo, por uma nova sociedade e organização social, política e econômica;
- Contribuir para o processo de estruturação e organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária;

---

<sup>1</sup> Acesse a ata da X Reunião da Coordenação Nacional do FBES em: [http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1496&Itemid=216](http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1496&Itemid=216)

- Ampliar diálogos, articulações de alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade justa, solidária, diversa, autogestionária e sustentável.

Para isso, a Comissão Organizadora Nacional apresenta dois documentos de trabalho:

- O **Documento 1** traz as orientações gerais e indicativos metodológicos das Plenárias: Na Orientação Geral são definidos os tipos de plenárias, as condições para a participação em cada uma, a agenda de atividades, atribuições das comissões, etc. E os indicativos metodológicos trazem propostas definidas pela Comissão Organizadora Nacional, para organização dos debates nas plenárias Locais, Estaduais, Temáticas, de Balanço e Nacional.
- O **Documento 2** serve como base para orientar as discussões nas plenárias Locais e Estaduais. Ele apresenta o contexto de realização da V Plenária, com rápido histórico sobre a caminhada do movimento e as questões provocadoras para o debate em cada uma das três dimensões.

Desejamos a todas e todos um ótimo trabalho e rico debate!

*Comissão Organizadora Nacional*

## 2. Retomando a nossa caminhada e contextualizando a V Plenária do movimento de Economia Solidária no Brasil

As Plenárias são espaços privilegiados de discussão e de definições sobre diretrizes políticas, com o encontro daquelas/es que constroem o movimento de economia solidária em cada canto deste país.

Para que possamos compreender a proposta da V Plenária retomamos aqui, através de uma breve linha do tempo, os grandes momentos nacionais já organizados pelo movimento de economia solidária no Brasil.

2001 (jan)	2002 (dez)	2003 (jan)	2003 (jun)	2004 (ago)	2008 (mar)
Criação do <b>GT Brasileiro de Economia Solidária</b> no I Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre.	<b>I Plenária</b> Em São Paulo mais de 200 participantes. Carta ao governo Lula, recém eleito, para criação da SENAES.	<b>II Plenária</b> Durante o FSM, em Porto Alegre, com 800 participantes, coordenada por Paul Singer. A Plenária definiu agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país.	<b>III Plenária</b> Mais de 900 participantes, 17 estados, delibera pela articulação e mobilização das bases, carta de princípios, plataforma de lutas. O FBES é criado e se define sua composição e funcionamento. Início do processo de interlocução do FBES com a SENAES.	<b>I Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários</b> , mais de 2500 participantes, em Brasília, com debates por ramo de atividade, levantando pautas, prioridades e dialogando com o governo.	
<p><b>IV Plenária</b> Realizada em Brasília, em março de 2008, com a participação de 288 representantes das Plenárias Estaduais, além de 32 observadores, totalizando 320 participantes de todos os estados do país. <b>Processo de preparação</b> - <i>Caravana Rumo à IV Plenária Nacional</i> - que consistiu em 5 seminários regionais de formação (120 representantes). Realização de 25 plenárias estaduais e mais de 130 atividades preparatórias envolvendo diretamente mais de 4.000 pessoas. <b>Principais deliberações</b> – Bandeiras e ações prioritárias (formação, marco legal, finanças solidárias e produção, comercialização e consumo solidários), natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES.</p>					

Depois do rico e intenso processo da IV Plenária<sup>2</sup>, diversas atividades e iniciativas foram realizadas, muitos fóruns locais foram criados, enraizando nossa organização. Realizamos inúmeras plenárias locais, estaduais, territoriais no âmbito dos Fóruns de Economia Solidária. Fizemos também inúmeras avaliações<sup>3</sup> deste processo buscando fortalecer o movimento de economia solidária e verificamos que é fundamental a parceria e soma de forças com outros movimentos sociais que têm o mesmo horizonte de lutas e transformações que o nosso.

Participamos da preparação e realização das I e II Conferências Nacionais de Economia Solidária, a primeira em junho de 2006 e a segunda em junho de 2010. Nas duas conferências, atualizamos nossas pautas com o governo e definimos as prioridades para a construção de uma política pública de economia solidária.

Também incidimos junto aos governos em relação à implementação de políticas públicas e impulsionamos a criação de diversas leis estaduais e municipais. Nacionalmente, estamos somando forças para a lei nacional com a *Campanha pela Lei da Economia Solidária: Iniciativa Popular*

2 Acesse o documento final da IV Plenária Nacional em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=746&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=746&Itemid=216)

3 Acesse o Balanço dos Encontros Regionais do FBES de 2010 em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1415&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1415&Itemid=216)

*para um Brasil Justo e Sustentável* (mais informações em <http://www.cirandas.net/leidaecosol>). A meta é finalizar a coleta das 1 milhão e 350 mil assinaturas junto com a V Plenária Nacional, em dezembro de 2012, realizando um ato público de entrega das assinaturas no Congresso. A elaboração do Projeto de Lei para a Economia Solidária é resultado da incidência do movimento junto ao Conselho Nacional de Economia Solidária. Também a aprovação do decreto do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SNCJS) e do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), em 2010, é resultado da construção junto à SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária). Com o decreto do SNCJS a economia solidária foi reconhecida como sujeito de uma política pública, que possibilita maior visibilidade do tema. Ainda na luta pela garantia ao acesso às políticas públicas, o debate feito pelo movimento no Fórum Interconselhos (espaço que reuniu representantes de vários conselhos federais) garantiu no plano plurianual federal 2012-2015 a inclusão da economia solidária no programa temático "Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária".

Em março de 2011, o movimento de economia solidária no Brasil é surpreendido ao saber do envio ao Congresso da proposta de projeto de lei da presidência da república (PL 865) que propunha várias mudanças na institucionalidade da economia solidária no governo. Isto desencadeou uma grande mobilização nacional do movimento que, de forma muito rápida e articulada, organizou diversas manifestações, mobilizações e audiências pelo país. Além disto, tivemos apoios nacionais e internacionais que revelaram um movimento e uma força social organizada. O debate sobre a relação entre economia solidária e micro e pequena empresa fortaleceu nossa identidade e a nossa condição de sujeitos políticos. Em apenas 2 meses organizamos e mobilizamos 22 audiências públicas estaduais e uma nacional em conjunto com o Grito da Terra, no dia 17 de maio de 2011.

Consideramos que a V Plenária ocorre em um momento de maior maturidade do movimento de economia solidária no país, com um fortalecimento da nossa identidade nos últimos anos. A escolha de sua temática está relacionada à conjuntura atual onde se insere o movimento de economia solidária no Brasil, sua organicidade e relação com outros movimentos sociais e com o governo.

Estamos num momento que o governo quer retomar o crescimento econômico no Brasil, a partir de uma estratégia que fortalece as grandes empresas e o empreendedorismo individual, e não a economia solidária. Esta estratégia de crescimento econômico fortalece o sistema capitalista e este, ao mesmo tempo, se apropria das bandeiras e lutas dos movimentos sociais dando um caráter de responsabilidade social. Mas, reafirmamos: nossas bandeiras e lutas estão voltadas para a promoção de um desenvolvimento justo, democrático e solidário e não se confundem com remendos no sistema hegemônico.

Na V plenária estaremos:

- Refletindo sobre a identidade do movimento social de economia solidária no Brasil. Para tanto, é importante debater o significado de ser um movimento social, o que nos une, quais os nossos enfrentamentos, com quais movimentos e setores nos aliamos.
- Refletindo sobre o nosso projeto político para a sociedade.
- Buscando construir estratégias que nos ajudem a identificar o que e quem contribui para o fortalecimento do nosso projeto político, bem como o que dele nos distancia.

Esperamos que este breve histórico e contextualização ajude a perceber que estamos num momento histórico, que temos que aproveitar para fortalecer e avançar nossas conquistas pelo projeto político, ações e organização do movimento de economia solidária no país.

*Avante companheiras e companheiros!*

## 3. Questões para debate

### 3.1. Orientação política do movimento

#### 3.1.1. Texto de introdução

Após a realização da IV Plenária o movimento de economia solidária se fortalece e amplia sua organização em todo o Brasil, além de dar continuidade às articulações internacionais. Isto nos coloca o desafio de olharmos com mais cuidado para as orientações políticas que estabelecem o rumo de nossas diretrizes e ações prioritárias. Nesta dimensão, o foco são as questões relacionadas com o fortalecimento do horizonte político de transformação social e identidade do movimento de Economia Solidária.

A Coordenação Nacional do FBES, em sua X reunião, indicou os pontos a serem aprofundados no processo da V Plenária que dizem respeito ao rumo político do movimento. São eles:

- a) Sustentabilidade;
- b) Autogestão e autonomia;
- c) Economia Popular;
- d) Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária;
- e) Território e Territorialidade;
- f) Diversidades (gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental);
- g) Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.

Nesta dimensão, temos uma questão central que orienta o debate político e que deveremos aprofundar nesta V Plenária: precisamos definir e detalhar temas que por vezes debatemos de maneira genérica, buscando compreender as contradições e divergências sobre aspectos centrais do nosso **projeto político**. Este debate, de natureza político-ideológica, servirá para que possamos analisar as relações que estabelecemos no nosso movimento, com a natureza, com a sociedade em geral, com os outros movimentos sociais e o Estado.

Já vivemos muitos momentos onde discutimos a temática do desenvolvimento, a exemplo das plenárias anteriores e da nossa participação nas duas conferências nacionais de economia solidária. Porém, o contexto brasileiro atual nos remete a discutir a lógica de crescimento e inclusão produtiva, por exemplo. Ou ainda a economia verde, a economia criativa, e outras propostas que provocam uma confusão de práticas, estratégias e conceitos que nem sempre contribuem para avançarmos nos processos de transformação social e econômica necessários à nossa realidade.

Para melhor debatermos esta dimensão, precisamos aprofundar o debate sobre o nosso horizonte político.

- Na contraposição ao capitalismo, o que efetivamente queremos?
- Vamos reafirmar antigas ideologias?

- Ou estamos querendo construir uma nova cultura política que se relacione com uma nova forma de viver em sociedade, de fazer política comprometida com a vida e que contribua verdadeiramente para um mundo sustentável e relações mais saudáveis e humanas?

Sabemos que o **desenvolvimento** que queremos é de dentro para fora, tanto das pessoas quanto dos territórios, numa perspectiva emancipatória e de construção de autonomia, principalmente em relação ao mercado e o modo de vida capitalista. É evidente que isto se dá num processo de contradição, pois enquanto construímos esta perspectiva temos que nos relacionar com as estruturas e processos econômicos que já existem, inclusive não tendo ainda a nossa independência financeira. Precisamos por exemplo, questionar o crescimento econômico que estamos vivendo no Brasil, que é excludente, destrói a natureza e que reverte resultados limitados para os trabalhadores e trabalhadoras que o sustentam. As iniciativas governamentais que promovem o desenvolvimento territorial, sustentável e solidário no campo e na cidade ainda são incipientes diante do contexto mais amplo das políticas públicas.

Como exemplo de outras maneiras de se pensar o desenvolvimento, vale citar o *sumak kawsay*, expressão originária da língua quechua, idioma tradicional indígena dos Andes. "Sumak" significa plenitude e "Kawsay", viver. É a expressão usada como referência ao modelo de desenvolvimento em implementação no Equador a longo prazo e que implica um conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais que garantem a realização do bem viver. O bem viver implica na melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas em vinculação direta com a natureza, uma busca de equilíbrio entre ser humano - natureza, de um bem comum e não apenas o crescimento econômico, fortalecendo a cultura e suas identidades.

Temos que buscar aprender com os povos indígenas, cujos sistemas econômicos têm permitido subsistir há gerações sem alterar o equilíbrio natural da mãe terra. Para eles, o *sumak kawsay* significa debater o futuro da nossa sociedade e dos seres humanos, colocando no centro dos processos a vida, não os mercados nem a corrida produtivista do crescimento econômico. Para os indígenas, o *sumak kawsay* busca sair da visão produtivista para construir um processo de decrescimento da produção de coisas e entrar noutro processo de crescimento medido não em termos de coisas, mas em termos de vida, tanto humana como de todos os seres. Ou seja, reconsiderando o que entendemos por **riqueza**.

Temos que reconstruir indicadores de riqueza, que considerem outros critérios e princípios. Não necessariamente temos que pensar uma lógica de DESenvolvimento, mas de Envolvimento! Dialogando com a perspectiva de decrescimento, incorporando nas nossas práticas de consumo responsável e comércio justo, por exemplo.

A **sustentabilidade** é o fundamento inicial para o desenvolvimento que queremos. Considerando a sustentabilidade em todas as suas dimensões: social, cultural, econômica, ambiental e política. Este conceito, no entanto, é atualmente utilizado por vários grupos e com diversas intenções. O que queremos afirmar quando falamos de sustentabilidade? Como a sustentabilidade se relaciona com saúde, educação, cultura, justiça econômica, soberania alimentar, entre outros aspectos, numa perspectiva de emancipação e a partir dos valores de cooperação e solidariedade? O que isto efetivamente implica quando nos relacionamos com a natureza e com o mercado, por exemplo? O que isto significa quando nos relacionamos entre nós na ótica da cooperação e da solidariedade? Como podemos trabalhar a perspectiva do "bem viver"?

Temos que recriar o espaço privilegiado das trocas e do encontro, que é originalmente o espaço do mercado, retomar as suas bases como espaço provedor da vida e não do lucro e da ganância.

Para discutir o nosso modelo de desenvolvimento é fundamental que consideremos as **Diversidades** existentes: gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental. Isso é a afirmação da identidade, da transversalidade da economia solidária na sociedade e está cada vez mais presente no cotidiano de nosso movimento e das nossas articulações. O tema diversidades coloca no debate grupos que estão na resistência ao modelo capitalista. Além disso, certas práticas, a exemplo dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, estão na origem da economia solidária: entendidas como práticas de cooperação econômica não monetárias muitas vezes, que demonstram fortemente sua capacidade de cooperação e solidariedade no enfrentamento das questões cotidianas.

Destacamos a luta das mulheres fortalecendo o movimento de Economia Solidária nas últimas décadas, havendo ampla participação de mulheres nos Fóruns e nos empreendimentos. No embate do PL 865 as mulheres também tiveram uma participação majoritária

Como consideramos as especificidades das diversidades em nossas lutas? Que lugar as diversidades ocupam em nossas estruturas? E como desmontamos as estruturas existentes que apresentam relações de poder verticais e opressoras?

Esse debate também nos indicou a necessidade de refletirmos sobre a **relação da economia solidária com a economia popular**. São milhões de iniciativas de trabalhadoras/es no Brasil que trabalham com a lógica da reprodução e da sobrevivência: ambulantes, algumas categorias de artesãos, trabalhadores autônomos, grupos informais, iniciativas familiares, microempresa sem empregado e nem exploração. Sabemos que muitos não conhecem o projeto político da economia solidária e seu trabalho acaba por sustentar o capitalismo, ao realizar atividades econômicas que são consideradas como sem rentabilidade pelos capitalistas, mas fundamentais para que estes continuem elevando seus lucros.

Temos que entender que a economia popular não é apenas composta por pequenos capitalistas ou microempreendedores. É múltipla e diversa. Sobretudo são trabalhadoras/es. Temos que pensar em estratégias de envolver estes trabalhadores/as da economia popular para que se organizem em projetos coletivos de atividade econômica e ao mesmo tempo, fortaleçam o projeto político da economia solidária. Este é um desafio. Como fazer isto e problematizar as “facilidades” ofertadas pelos caminhos individuais? A exemplo da inscrição no MEI (Microempreendedor Individual) que oferece descontos e facilidades no pagamento de impostos, enquanto lutamos pelo fortalecimento do marco legal da economia solidária pela institucionalização da Lei Geral da Economia Solidária, luta que estamos fazendo através da campanha de assinaturas que já está nas ruas. Como não criminalizamos estes/as trabalhadoras/es e ao mesmo tempo denunciemos as artimanhas políticas e técnicas do sistema? Sistema que se aproveita da fragilidade do marco legal do ponto de vista da democracia e do direito ao trabalho associado. Como anunciamos as possibilidades da economia solidária, inclusive na construção do próprio país?

Na nossa ótica de Envolvimento, a economia solidária e economia popular têm **no território e nas territorialidades** o espaço de encontro e relação. Os territórios são espaços de identidade, também de disputa de poder e de projetos de sociedade e economia. É importante sabermos diferenciar os territórios que o governo desenhou, como os Territórios da Cidadania, os Territórios Rurais do MDA, os Territórios da Paz, entre outros. E, na diferenciação, possamos indicar a nossa própria perspectiva de território.

Reconhecer os territórios, sua dinâmica e o significado da economia solidária neles, é importante para ampliar e fortalecer nossa identidade e disputar o projeto político transformando os territórios: introduzindo uma cultura de cooperação e solidariedade com os outros movimentos

sociais, de cuidado com a natureza, de incidência e controle junto ao Estado e de práticas econômicas justas, sustentáveis e solidárias. É importante identificar nos territórios os atores e movimentos sociais parceiros e as práticas de exploração e manutenção do sistema dominante para construirmos forças que ajudem o movimento de economia solidária a se consolidar.

A efetivação do projeto político da economia solidária nos territórios acontece com a **Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária**. Adotar esta perspectiva significa refletirmos sobre a nossa relação com o mercado. Atualmente, muitos de nós temos trabalhado de maneira a construir estratégias de inclusão no mercado capitalista. No entanto, esta perspectiva é reducionista para o projeto político da economia solidária.

A construção da autonomia passa pela criação de um outro tipo de mercado? Qual o papel do Estado nesta construção? Como avaliamos a contribuição do PAA e do PNAE, enquanto políticas públicas? Apostamos na estratégia de organização de redes e cadeias econômico solidárias, ancoradas nos processos de articulação territorial, garantindo a soberania alimentar e a preservação do meio ambiente. Olhando para os territórios, o quanto temos nos dedicado à organização de redes e cadeias solidárias? Quais as dificuldades encontramos? Como pensar em estratégias de articulação de redes e cadeias solidárias que fortaleçam a construção de outro tipo de mercado, ao mesmo tempo, e enquanto construímos esta perspectiva? Como nos relacionamos com o mercado sem abrir mão de princípios, valores e práticas da economia solidária? Como projetamos que deva ser a economia?

A emancipação política pode ser entendida quando os sujeitos atuam com liberdade, autonomia, com poder de decisão, influência e participação. A autonomia é um processo dinâmico e tem a ver com as relações que estabelecemos. Quando temos relações com o mercado capitalista há limitações na atuação, gerando relações de dependência, subordinação, promovendo a crescente desigualdade pela concentração da riqueza, do conhecimento e do poder. Como o econômico e o político dialogam e estão juntos nesta busca pela emancipação?

No concreto, a participação econômica e política só podem se viabilizar a partir da construção de estratégias que garantam a soberania alimentar nas realidades urbanas e rurais e nas relações que estes campos estabelecem entre si. A soberania alimentar, conceito construído pelos movimentos sociais do campo, é mais amplo que a segurança alimentar. Compreendida como o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e agroecológica, decidindo seu próprio sistema alimentar e produtivo, que envolve a necessidade de acesso (nos espaços urbanos e rurais) à terra e aos recursos naturais.

Outro ponto importante para debatermos nesta V Plenária está relacionado a aprofundarmos o que entendemos por **Cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado**. Estes aspectos estão relacionados diretamente com a nossa capacidade de colocar em prática o nosso projeto político.

Um primeiro ponto sobre esta questão tem a ver com a necessidade de entendermos o trabalho associado como direito. Poucos avanços foram realizados nesta direção, tanto no que se refere à reflexão que temos feito no movimento da economia solidária, quanto na incorporação desta pauta pelo estado em seus diferentes níveis. Para isto, é fundamental refletirmos sobre a institucionalidade da economia solidária, tanto no que se refere ao avanço sobre a implementação de nossas bandeiras do marco legal, a exemplo da Lei Geral da Economia Solidária, quanto da incorporação de direitos sociais necessários ao reconhecimento pelo estado do trabalho associado.

Historicamente o Estado brasileiro foi construído de forma a manter e reproduzir o capital, sustentando grupos que já tem poder e recursos financeiros. Apesar da criação da SENAES e de outras iniciativas na direção de ampliar a perspectiva para a economia solidária, o desenvolvimento

territorial e as compras públicas da agricultura familiar e da economia solidária, nos últimos três mandatos do governo federal, a política pública de economia solidária ainda se restringe a projetos, havendo um caminho para que alcancemos uma real política pública que garanta o direito ao trabalho associado. Isto se reflete também nos estados e municípios que implantaram ações nesta área. O resultado é que temos políticas públicas frágeis, que não se incorporaram ao estado, mas são ações de governo que podem ser desmanchadas com a troca de governantes. Mesmo os planos de combate à pobreza, como é o caso do Brasil Sem Miséria, propõem ações na direção da inclusão produtiva, o que fortalece mais ainda o sistema capitalista.

Teremos condições de disputar políticas e espaços no Estado se estivermos organizados, como mostrou o processo de debate do PL 865, as conquistas de leis municipais e estaduais, da linha temática no plano plurianual (2012-2015) e a construção do projeto de lei de iniciativa popular da economia solidária. Precisamos encontrar espaços de articulação entre nós para desenvolver processos de incidência política junto ao Estado nos seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal). Precisamos refletir sobre estratégias que possam significar pautas claras da economia solidária para os governos nas diferentes áreas, para que possamos reivindicar o fortalecimento de nossos EES e por consequência, do movimento de economia solidária. Como podemos organizar a nossa ação pública, ou seja, como dar visibilidade às pautas da economia solidária? Como podemos trabalhar a incidência das pautas relacionadas à construção de um marco regulatório para que o Estado reconheça o trabalho associado como direito? Como tornar visíveis para a sociedade estas pautas?

Além disso, no período recente está em debate a reforma do sistema político brasileiro, com propostas para ampliar o poder do povo nas decisões, democratizar os partidos, facilitar os instrumentos de democracia direta. Esta pauta é convergente para mudanças políticas e econômicas necessárias. Observando a estrutura de participação no sistema político brasileiro, quais mudanças propomos? Neste debate, também entra a questão dos instrumentos entre Estado e sociedade para desenvolver projetos e parcerias, haja vista que para a participação cidadã e para fortalecer nossa proposta política e econômica é fundamental o acesso adequado aos recursos públicos. Como requeremos o marco regulatório entre estado e sociedade civil?

Nos processos de organização do movimento de economia solidária temos que refletir ainda a nossa relação com os outros movimentos sociais e redes, tanto em nível nacional quanto internacional. Nos últimos anos, o FBES tem dedicado uma grande energia para fomentar esta articulação.

No Brasil, o FBES teve um papel importante, em conjunto com outros nove movimentos e redes, na construção dos **Diálogos e Convergências**: Esta é uma articulação entre várias redes e movimentos sociais: agroecologia, economia solidária, soberania alimentar, saúde e justiça ambiental, e feminista<sup>4</sup>. Este encontro nos mostra o quanto é necessário promover ambientes de diálogos e convergências entre os vários movimentos, lutas e bandeiras, nas cidades, territórios e regiões do país, a partir das experiências concretas de resistência, de denúncia ao atual modelo e de construção de alternativas concretas. O FBES também está participando na organização da Cúpula dos Povos, que acontece paralelamente à Rio +20, em que os vários movimentos sociais vão questionar as falsas soluções da chamada “economia verde” e propor alternativas concretas que superem a centralidade do lucro e apontem efetivamente para outro modelo de desenvolvimento.

Como FBES estamos em articulações internacionais, como nas edições do Fórum Social Mundial, na RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária) e no Espaço por um Mercosul Solidário.

---

4 Para mais informações, consulte: <http://www.dialogoseconvergencias.org>

O FBES é responsável atualmente pelo Secretariado Técnico da RIPESS Latino América e Caribe (RIPESS-LAC). Temos o importante desafio de preparar o encontro da RIPESS-LAC<sup>5</sup> no Brasil, com participação dos movimentos de economia solidária de toda a América Latina e Caribe, no Rio de Janeiro, nos dias que antecedem a Rio +20.

Tais articulações, para além de aumentar a nossa capacidade de incidência e fortalecer a nossa capacidade de trocas políticas e econômicas, apontam caminhos no processo de "globalização solidária", promovendo e debatendo uma identidade internacional para o nosso movimento, em especial, na construção da pátria latino-americana.

Precisamos debater as nossas prioridades em termos do envolvimento nacional e internacional a fim de que as articulações, diálogos e alianças com outros movimentos não sejam apenas uma tarefa da coordenação executiva, mas também que sejam apropriadas pelos fóruns locais de Economia Solidária.

Este processo depende ainda da nossa capacidade de fortalecer os processos de **autogestão e autonomia** que são princípios fundantes do nosso movimento. Precisamos entender e refletir sobre o significado da autogestão, na ampliação dos espaços de participação, consulta e decisão. E também perceber as contradições que fazemos no exercício da nossa organização enquanto FBES, EES, movimento, redes e cadeias.

A autogestão parte do entendimento, da mudança de postura e da formação/vivência dos indivíduos na sua relação com os coletivos. Não podemos confundir a autogestão com desorganização, pois requer acordos, processos, dinâmicas para cada realidade, partindo de um entendimento comum entre os/as envolvidos/as. Como temos exercitado a autogestão no cotidiano de nossas estruturas organizativas? Para ampliação da nossa capacidade de ação e organização, como temos renovado nossas coordenações?

### **3.1.2. Questões para Plenária Local e Estadual**

#### **Plenárias Locais**

No **momento 4 das Plenárias Locais** (ver Documento 1) sugerimos que os empreendimentos orientem sua apresentação com as questões colocadas abaixo, relacionando a sua experiência com os temas da dimensão política.

#### **Plenária Estadual**

A partir do texto acima e das questões abaixo, sugerimos organizar o **momento 4** da Plenária Estadual (ver Documento 1) buscando elaborar coletivamente os princípios, diretrizes e estratégias para avançarmos no projeto político da economia solidária. A partir do debate em 7 grupos por temas abaixo, a Plenária Estadual depois se reorganizará em 3 grupos que elaborarão cartas: à sociedade, aos outros movimentos e ao movimento da economia solidária.

#### **Grupo 1: Sustentabilidade**

- a) Na contraposição ao capitalismo, o que efetivamente queremos?

---

5 Saiba mais em: <http://cirandas.net/v-encontro-latinoamericano-de-economia-solidaria-e-comercio-justo>

- b) Vamos reafirmar antigas ideologias ou estamos querendo construir uma nova cultura política? Como descrevemos a nossa cultura política?
- c) O que é para nós sustentabilidade? O que isto efetivamente implica quando nos relacionamos com a natureza e com o mercado capitalista? O que isto significa quando nos relacionamos dentro da economia solidária na ótica da cooperação e da solidariedade?
- d) O que entendemos por “bem viver”? Qual é a sua relação com emancipação e a prática de valores de cooperação e solidariedade?

### **Grupo 2: Autogestão e autonomia**

- a) O que entendemos por autogestão?
- b) Como temos exercitado a autogestão no cotidiano: nos fóruns, nos empreendimentos e organizações?
- c) Há relação entre autogestão e sustentabilidade?
- d) Para ampliação de nossa capacidade de ação e organização, como temos renovado nossas coordenações
- e) Que propostas temos para construir uma sociedade autogestionária?

### **Grupo 3: Economia Popular**

- a) Qual o significado da economia popular para o movimento da economia solidária?
- b) Como nos relacionamos com a economia popular e problematizamos as “facilidades” ofertadas pelos caminhos individuais, a exemplo da inscrição no MEI (Microempreendedor Individual)?
- c) Quais as estratégias para ampliar nossa relação com a economia popular? Como anunciar as possibilidades da economia solidária, inclusive na construção do próprio país?
- d) Como denunciar as artimanhas políticas e técnicas do sistema dominante?

### **Grupo 4: Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária**

- a) O que entendemos por mercado? Como projetamos que deva ser a economia?
- b) O que entendemos por empreendimentos emancipados de um ponto de vista político e econômico? A construção da autonomia passa pela criação de outro tipo de mercado?
- c) Como nos relacionamos com o mercado capitalista sem abrir mão de princípios, valores e práticas da economia solidária?
- d) Olhando para os territórios, o quanto temos nos dedicado à organização de redes e cadeias solidárias? Quais as dificuldades encontramos?

### **Grupo 5: Território e Territorialidade**

- a) O que consideramos como território?
- b) O que fazer para fortalecer a nossa identidade e disputar o projeto político?

- c) Que estratégias utilizar para identificar nos territórios os atores e movimentos sociais aliados para articularmos forças que ajudem no desenvolvimento territorial, solidário e sustentável?
- d) Como articular a ação no território com a luta mais ampla do projeto político?

### **Grupo 6: Diversidades**

*Lembrete:* quando falamos de diversidades, nos referimos a gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental.

- a) Como consideramos as especificidades das diversidades em nossas lutas?
- b) Como evidenciamos as diversidades na nossa organização, nos fóruns, empreendimentos e organizações?
- c) Como desmontamos as estruturas existentes que apresentam relações de poder verticais e opressoras?

### **Grupo 7: Cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado**

- a) Quais as prioridades para garantir a visibilidade da economia solidaria tanto na relação com a sociedade, quanto com o Estado?
- b) Quais critérios temos para estabelecermos nossa relação com o Estado? Como isto se relaciona com um novo marco regulatório para a relação do Estado e com as organizações da sociedade civil?
- c) O que consideramos prioritário na articulação com os outros movimentos em nível nacional e internacional?
- d) Que prioridades definimos para a nossa atuação em espaços internacionais que já participamos, a exemplo da RIPESS e do Espaço por um Mercosul Solidário?
- e) Observando a estrutura de participação no sistema político brasileiro, quais mudanças propomos?

## **3.2. Orientação das ações do movimento**

### **3.2.1. Texto de introdução**

Além do debate de fundo, que aprofunda o recorte e horizonte político do movimento, é preciso discutir questões, problemas, pautas e reivindicações concretas para dar respostas às necessidades dos que fazem a Economia Solidária na base, tornando real o nosso projeto político.

E ainda, é preciso amadurecer o que são atividades do movimento e o que colocamos como incidência para a construção de políticas públicas.

Este debate se organiza em 5 eixos:

- a) Marco Legal;
- b) Educação e Cultura;
- c) Estratégias Econômicas (produção, comercialização, consumo e finanças solidárias);

- d) Integração territorial e luta por políticas públicas articuladas e contínuas;
- e) Comunicação e visibilidade.

Nesta plenária não estaremos trabalhando de forma mais aprofundada as bandeiras já debatidas na IV plenária. Mas é importante que possamos olhar para o que definimos em 2008, identificando o que avançamos e o que continua como desafio, o que acontecerá principalmente nas Plenárias de Balanço e nas Plenárias Temáticas.

Além disso, a coordenação nacional do FBES definiu novos eixos que ainda não incluímos como ações prioritárias no grande debate realizado em 2008, que são: “Comunicação e visibilidade” e “Integração territorial e luta por políticas públicas articuladas e contínuas”.

Sobre **a comunicação e a visibilidade** NO (para dentro) e DO (para fora) movimento de economia solidária, trazemos alguns pontos para alimentar o nosso debate. Este é um grande desafio para o movimento de economia solidária, considerando a nossa diversidade, estrutura e presença em diversas partes do país. Temos enfrentado problemas no que se refere à comunicação interna no movimento de economia solidária, que vão desde a comunicação dos fóruns locais com as estruturas de coordenação até a de compreender-nos nas pautas e ações comuns.

Precisamos nos aliar com os movimentos que trabalham a perspectiva da comunicação, trazendo ferramentas da comunicação popular (rádios e tvs comunitárias, jornais comunitários, entre outros) para que possamos nos enraizar em cada território e democratizar as informações para dentro e para fora do movimento. Além disso, temos que aproveitar das ferramentas e instrumentos já existentes, a exemplo dos movimentos que trabalham com ferramentas virtuais, para melhorar a nossa comunicação e visibilidade. Temos que trabalhar de forma mais evidente os instrumentos já criados, a exemplo do nosso site ([www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)) e do Cirandas ([www.cirandas.net](http://www.cirandas.net)), para que possam ser democratizados e mais utilizados por quem faz parte da economia solidária.

O Encontro de Diálogos e Convergências e a prática do movimento de economia solidária no Brasil nos fizeram refletir sobre a necessidade de trabalharmos melhor a perspectiva territorial em nossas ações, sendo que o Intermapas é uma das estratégias para visibilizar as convergências territoriais das diversas lutas (<http://www.fbes.org.br/intermapas>).

A estratégia da **Integração territorial e luta por políticas públicas articuladas e contínuas** foi definida como prioritária pela coordenação nacional do FBES. É no território que encontramos a nossa identidade e também nos encontramos com práticas e lutas de outros movimentos sociais na disputa de projeto político. É também no território que definimos o nosso “jeito de fazer política e economia”, dizendo não à exploração e às práticas clientelistas e corporativistas. Também identificamos que em cada um dos nossos estados ou regiões existem locais onde a dinâmica da economia solidária é mais organizada e, portanto, mais articulada e visível. Como fazer a articulação permanente com os outros movimentos sociais na construção de processos territoriais de ENvolvimento sustentável e solidário? Como construímos territorialidades a partir da interação com outros atores?

É também no território que têm sido executadas as políticas públicas mais diversas. Porém, podemos identificar que as mesmas são descontínuas e fragmentadas, nem sempre atendendo às necessidades dos empreendimentos. Como podemos realizar articulações que garantam a continuidade de tais políticas? Como nos inserimos e pautamos as políticas e programas públicos de modo que fortaleça o movimento da economia solidária nos territórios? O que podemos fazer enquanto movimento de economia solidária para pautar a integração territorial das políticas públicas?

### **3.2.2. Questões para debate nas Plenárias Locais e Temáticas**

Sugerimos que os empreendimentos que trarão sua experiência para o **momento 4** (ver Documento 1) **leiam o texto acima** e orientem sua apresentação com as questões colocadas no texto abaixo, provocando o debate sobre os avanços e limites da sua experiência em torno dos eixos educação e cultura, marco legal, estratégias econômicas, comunicação e visibilidade.

No caso das Plenárias Temáticas e de Balanço, elas devem aprofundar, por eixo, as questões colocadas em torno das Orientações de Ação do Movimento.

Seguem abaixo algumas questões para debate nas Plenárias Locais, de Balanço e Temáticas:

#### **Educação e Cultura, Marco Legal e Estratégias Econômicas:**

- Em que avançamos desde a IV Plenária em relação às ações prioritárias definidas pelo movimento?
- Que dificuldades tivemos?
- Em que podemos melhorar nossa estratégia de atuação?
- Há elementos que podemos trazer para acrescentar às bandeiras já definidas?
- Como estamos desenvolvendo a campanha pela lei nacional de iniciativa popular da economia solidária, de modo a finalizá-la em dezembro de 2012?

#### **Comunicação e visibilidade:**

- Que elementos e instrumentos podemos indicar para uma política de comunicação e visibilidade? O que é para nós comunicação? Que diretrizes e princípios orientam a nossa prática neste campo e que estratégias prioritárias temos ou poderemos ter?

#### **Integração territorial e luta pela continuidade das políticas públicas:**

- Como fazer a articulação permanente com os outros movimentos sociais na construção de processos territoriais de ENvolvimento sustentável e solidário? Como construímos territorialidades a partir da interação com outros atores?
- Como podemos realizar articulações que garantam a continuidade das políticas públicas que fortaleçam os territórios? O que podemos fazer enquanto movimento de economia solidária para pautar a integração territorial das políticas públicas?
- Estamos presentes nas dinâmicas de planejamento de políticas públicas existente nos territórios? Como nos inserimos e pautamos as políticas e programas públicos de modo que fortaleçam o movimento da economia solidária nos territórios?

### **3.2.3. Questões para debate na Plenária Estadual**

Para o **momento 3** (ver Documento 1), identificar como as ações prioritárias oriundas das Plenárias Locais se relacionam com os eixos apresentados acima.

Se for possível, pode ser interessante introduzir um momento de balanço entre os **momentos 3 e 4** (ver Documento 1), considerando as questões colocadas acima e as ações prioritárias indicadas pelas Plenárias Locais.

### 3.3. *Organicidade do Movimento*

#### 3.3.1. *Texto de introdução*

A nossa terceira dimensão volta-se para a atual organização e estrutura, bem como a relação desta estrutura com redes e movimentos sociais aliados. A Comissão Organizadora, a partir das orientações da Coordenação Nacional do FBES, apresenta pontos de debate e de construção desta dimensão no sentido de não refazer toda a IV Plenária, sem deixar de lado problemas de nossa estrutura e modo de funcionamento.

A necessidade de retomarmos estes pontos relaciona-se com a nossa caminhada, a partir dos resultados da IV Plenária Nacional e o que isto vem contribuindo ou não para a consolidação do movimento de economia solidária em suas estruturas nos diferentes níveis. Alguns pontos foram indicados como centrais e, neste sentido, trazemos 6 temas para debate:

- 1) Fortalecimento dos Fóruns Estaduais;
- 2) Sustentabilidade e autonomia do movimento;
- 3) Estrutura;
- 4) Estratégias organizacionais;
- 5) Forma de fazer política e economia: coerência entre a prática e a teoria, os princípios e valores da economia solidária;
- 6) Articulação com os demais movimentos sociais, tanto nacionais quanto internacionais.

O sentido do debate desta dimensão na V Plenária é podermos aprofundar a reflexão sobre como poderemos ter maior interação entre os milhares de empreendimentos, organizações e as estruturas de organização que temos hoje: fóruns locais, estaduais e brasileiro, refletindo inclusive a diversidade dos atores da economia solidária e fortalecendo o movimento de economia solidária enquanto um ator político. Além disso, a discussão da organicidade nos remete a refletir sobre os processos autogestionários de fortalecimento dos fóruns locais, estaduais e nacional, garantindo coerência e a **sustentabilidade dessas instâncias**. E finalmente, aprofundar **diretrizes orientadoras** que possam definir nosso modo de fazer política e economia, concretizando os princípios e valores da economia solidária tanto nos nossos discursos, quanto nas nossas práticas. Estas questões vão ainda nos ajudar a melhor definir critérios, princípios e diretrizes orientadoras para a nossa relação com outras redes e outros movimentos sociais, tanto nacionais quanto internacionais.

#### 3.3.2. *Questões para debate nas Plenárias Locais*

Sugerimos que os empreendimentos que trarão sua experiência para o **momento 4** (ver Documento 1) tragam em sua apresentação a sua participação no movimento de economia solidária (Fórum, Redes e outros espaços de articulação), destacando as forças e fragilidades da nossa organização.

É fundamental aproveitar o **momento 5** para uma ampla compreensão e entendimento pelo movimento de economia solidária local sobre a estrutura do FBES<sup>6</sup>, com o resgate da IV Plenária, o que ajudará no **momento 6** a debater propostas de ações prioritárias no nível local com relação à organização e estrutura, bem como levantar propostas à nível nacional sobre a organicidade.

---

6 Uma apresentação que pode ajudar neste momento está disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1241&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1241&Itemid=216)

### 3.3.3. Questões para debate na Plenária Estadual

As questões a serem debatidas no **momento 6** (ver Documento 1) da Plenária Estadual são apresentadas abaixo.

Para discutir a organicidade do movimento de economia solidária é importante relembrar alguns aspectos principais definidos na IV Plenária que já foram indicados pela Coordenação Nacional do FBES como pontos que precisamos revisitar.

#### Natureza e definição do FBES

De acordo com a IV Plenária, o FBES se define como “um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos”. E tem como finalidades:

a) Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais.

b) Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

*A partir deste quadro, a Plenária Estadual pode refletir:*

a) Mantemos ou alteramos a definição de identidade e finalidade do FBES? Havendo propostas, quais as alterações necessárias?

#### Estrutura e organização do FBES

**Segmentos do FBES:** o FBES é composto pelos seguintes segmentos: Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Gestores Públicos (detalhamento dos segmentos no anexo 4.1 do Documento 1).

##### **Estruturas de coordenação:**

**Coordenação Nacional** é quem define sobre aspectos políticos, operacionais e administrativos do FBES e é composta por 3 representantes dos fóruns estaduais (2 EES e 1 entidade de apoio estadual, totalizando 54 EES e 27 Entidades de apoio); 2 integrantes da rede de gestores por região e mais 2 em nível nacional (total da rede de gestores 12); representantes das Entidades Nacionais da Coordenação Nacional do FBES.

**Coordenação Executiva** é quem faz a gestão política cotidiana do FBES, com apoio da Secretaria Executiva e é composta por 13 titulares: 5 representantes de entidades nacionais, 1 da rede de gestores públicos e 7 empreendimentos (2 Norte, 2 Nordeste, 1 Centro-Oeste, 1 Sudeste e 1 Sul).

Para ser Entidade Nacional da Coordenação Nacional do FBES é necessário ter participação plena em, pelo menos, 7 fóruns estaduais (hoje há 5 Entidades Nacionais na Coordenação Nacional: Rede de ITCPs, Unitrabalho, Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade e Unicafe).

A participação dos gestores no FBES ocorre através da Rede de Gestores, e sua presença na Coordenação Nacional não requerer um processo de participação mínima estipulada pelo FBES, mas é um processo definido internamente pela Rede.

*A partir deste quadro e tendo em vista a busca por melhorar o funcionamento destas instâncias e o fluxo do local para a articulação nacional, de modo que possamos ter um diálogo territorial e por regionais, a Plenária Estadual pode refletir:*

- a) Mantemos ou alteramos estas definições sobre os atuais segmentos do FBES, a composição da coordenação nacional e executiva, bem como a forma destas indicações dos diferentes segmentos? Havendo propostas, quais as alterações necessárias?
- b) Como pensar formas de diálogo e comunicação fluente entre as diferentes instâncias?
- c) Como efetivamente conseguir a sustentabilidade de nossa organização?

### **Relação com movimentos sociais**

Nas deliberações da IV Plenária, encontramos diretrizes relacionadas à relação com outras redes e movimentos sociais. Um primeiro aspecto é que eles são parceiros para a concretização das bandeiras e ações prioritárias. Movimentos sociais não participam como um segmento dos Fóruns locais e nacional, estando presentes nos segmentos pelos empreendimentos de economia solidária em atividades econômicas diversas e também pelas entidades de apoio. São aliados na construção de lutas comuns, a partir das pautas específicas de cada um. Além disso, definimos que cada Fórum (desde o local ao nacional) deve definir sua agenda e dialogar com outros movimentos sociais, em prol da transformação social e mudança na perspectiva de desenvolvimento do país.

*A partir deste quadro, e considerando a importância de nos relacionamos com os demais movimentos nacionais e internacionais de modo a fortalecer o projeto e luta por uma sociedade justa, solidária, sustentável a Plenária Estadual pode refletir:*

- a) Quais são os movimentos sociais que a economia solidária se identifica e como estabelecemos relações para nos fortalecer mutuamente?
- b) Que ações fazemos ou podemos fazer em conjunto com outros movimentos sociais?

Para isso, vale resgatar os movimentos sociais citados no relatório da IV Plenária Nacional, e avaliar como andam as relações com cada um deles e se faltam outros que devem ser incorporados à lista.